

CONVENÇÃO SOBRE O FUTURO DA EUROPA

Sessão Plenária, 24-25/04/03

Disposições Gerais e Finais

Intervenção do Representante Suplente do Governo Português,
Manuel Lobo Antunes

Sobre a parte “Disposições Gerais e Finais” gostaria de sublinhar o seguinte:

Quanto ao artigo C

- concordamos com a proposta de remeter para a parte II o actual artigo 299 nr.2 relativo às Regiões Ultra-periféricas. Este nosso acordo pressupõe:
 - a) que sejam salvaguardadas as características específicas que determinam o carácter ultra-periférico de certas regiões dos Estados Membros; o conceito de ultraperiferia é muito preciso e deve ser preservado;
 - b) que esse novo artigo seja incorporado no início da Parte II e como disposição horizontal;
 - c) que esse novo artigo efectivamente respeite e incorpore o conteúdo do actual artigo 299 nr. 2.

Quanto ao artigo F

- concordamos com a redacção proposta pelo Presidium. Também admitimos que a Conferência Intergovernamental destinada a rever o Tratado seja preparada por uma Convenção. Essencial, do nosso ponto de vista, é que os procedimentos para essa revisão sejam uniformes para a totalidade do texto constitucional. Por outras palavras, não deverá haver processos distintos de revisão do Tratado consoante as suas diferentes Partes.

Quanto ao artigo G

- concordamos também com a redacção proposta pelo Presidium. Parece-nos ser a solução politicamente adequada que o Conselho Europeu seja chamado a analisar a situação decorrente da não ratificação do Tratado por um ou mais Estados membros.

Quanto ao artigo I

- gostaria de recordar que propusemos a inserção de um artigo na Parte I sobre o estatuto das Línguas na União. Como elemento indissociável da identidade nacional de cada um dos Estados Membros, a questão das línguas não pode ser remetida para o último artigo do Tratado numa fórmula meramente burocrática. A dimensão cultural e identitária das línguas deve ser expressamente reconhecida, bem como o princípio da igualdade entre todas elas.